

ESPECIAL

Donos da geografia

Os megalatifundiários do Brasil têm terras do tamanho de países, não criam, não plantam e às vezes sonegam impostos

GUSTAVO PAUL, de Rio Branco

les são donos de rios que só desaparecem na linha do horizonte. Têm em seu patrimônio selvas que, de tão vastas, dão a impressão de nunca ter fim, mesmo quando observadas do alto da cabine de um avião. É tanta terra que poderiam aparecer no Guinness Book, o livro dos recordes, na lista dos maiores latifundiários do mundo. Não exploram nem a décima parte do que possuem, em geral não pagam um tostão de imposto territorial rural e guardam com carinho um patrimônio que um dia certamente valerá uma montanha de dinheiro. Ou será fácil achar em algum canto do planeta proprietários de uma terra do tamanho de El Salvador? Ou de dois Líbanos juntos? Ou de treze cidades de São Paulo, uma ao lado da outra? No norte do Brasil existe essa categoria de proprietários rurais. O campeão é o paulista Pedro Aparecido Dotto, de 57 anos. Ele é dono de 2,1 milhões de hectares de terra no Acre - um naco do tamanho de El Salvador. De agora em

diante, quando você olhar o mapa do Acre, lembre-se de que quase 15% daquela geografia pertence ao fazendeiro Dotto. Se arranjasse comprador disposto a pagar por sua terra o preço que se cobra pelo hectare na região, incluindo o valor da madeira por explorar, Dotto embolsaria a fortuna de 2 bilhões de dólares.

O clube dos megalatifundiários do Brasil, do qual o fazendeiro Dotto tem o título de presidente de honra, começou a ser mapeado pelo Incra, o órgão que cuida da reforma agrária no país, em 1978. Desde então os dados coletados foram catalogados, e agora se tornou possível observar o desenho final do mapa e constatar que existem países particulares dentro do Brasil. Há 151 cidadãos com mais de 100 000 hectares, área que corresponde a três vezes o tamanho de Belo Horizonte. São 89 na Região Norte, 35 nos Estados do Centro-Oeste, 26 no Nordeste, apenas um no Sul e nenhum no Sudeste. Juntos, os 151 megalatifundiários são donos de tantas terras que, somadas, têm o mesmo tamanho da Noruega. Mas os casos individuais que mais chamam a atenção estão situados nos Estados do Acre e do Amazonas, onde há propriedades com extensões tão fabulosas que podem ser identificadas até em foto de satélite (veja mapas).

Lucro Dividido - O fazendeiro Dotto explora uma pequena parte de suas propriedades, e acorda às 4 da manhã para pegar no batente. Uma vez por ano, dá uma espiada na fatia restante. Percorrendoas pelo rio que as corta de ponta a ponta leva-se uma semana de barco. De avião bimotor, viaja-se durante uma hora e meia para ir de um extremo a outro. No seu monumento verde, Dotto não planta nem cria. "Enquanto a BR 364 não estiver em boas condições de tráfego não há como escoar produção alguma", argumenta. Ele é dono de uma selva fechada, com lagos e rios. Não há cercas demarcando os limites de sua propriedade. O único sinal de vida humana em suas terras vem das 300 famílias de seringueiros que moram ali, desde o início do século, e fazem as vezes de vigia. Quando uma família quer ir embora, o fazendeiro paga uma indenização pelo que deixará, como o casebre de palha. Um salário mínimo, quando muito. Na pequena parte que explora, uma fatia de 3 000 hectares. Dotto mantém uma serraria, produz carvão, cria 3 000 cabeças de gado e 300 búfalos. Emprega quinze famílias e as remunera em regime de participação nos lucros. Todo ano, as famílias ganham 5% dos bezerros, da madeira e do carvão. Dotto vive com a mulher e os sete filhos e





O paulista Pedro Dotto, de 57 anos, e suas terras de 2,1 milhões de hectares no Acre, que têm área igual à de El Salvador: "Quando chegamos ao Acre, os seringalistas faziam fila na porta do nosso hotel para nos vender as terras", relembra Dotto

sustenta-se com 600 milhões de cruzeiros por mês.

"Nenhum país do mundo tem pessoas concentrando tantas terras assim", diz Oswaldo Russo, presidente do Incra. Nem por isso essas propriedades são alvo preferencial da reforma agrária. "Nosso objetivo é fazer a reforma em áreas ocupadas", diz Russo. Na Região Norte, as prioridades são Pará e Rondônia. O Amazonas, maior Estado do país, não está na lista. Ali, Mário Jorge Moraes, vice-presidente da Fiesp do Amazonas, é dono de 1,2 milhão de hectares, área superior à da Jamaica.

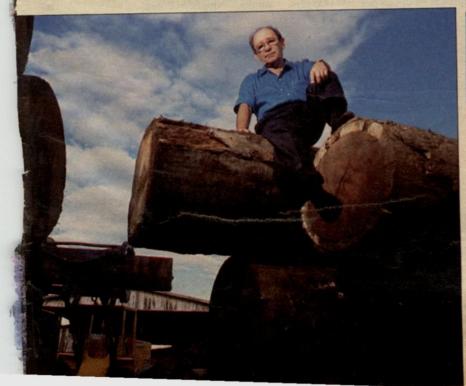
Suas terras ficam na selva amazônica, a 1 000 quilômetros de Manaus. Pela extensão e pelo volume de madeira, valem 1,6 bilhão de dólares. Moraes não vê suas terras desde a época da compra, há quinze anos. Explora só uma parte, de onde extrai madeira para processá-la em três serrarias que mantém em Manaus. O trabalho das 300 famílias ribeirinhas que moram nas terras em geral não é pago com dinheiro. Um barqueiro percorre o rio entregando encomendas às famílias, como arroz, farinha, açúcar. Na colheita da madeira, o barqueiro mede a produção de cada um, desconta o adiantado e

compensa com dinheiro, se for o caso. "Ele não nos engana", diz José Palmari de Mendonça, que nasceu na Jamaica de Moraes há 58 anos, não sabe ler nem escrever e sonha um dia ser dono de um pedaço de terra.

FILA NA PORTA — Com seu contrato trabalhista amazônico, Moraes fatura 4 bilhões de cruzeiros por mês. No Rio de Janeiro, para onde viaja quatro vezes por ano para se submeter a um tratamento do coração, Moraes está habituado a deixar seus interlocutores impressionados. "Evito dizer quanto tenho de terra porque parece pedante. Quando digo, as pessoas me olham com admiração", diz ele, com um orgulho incontido. Boa parte desses megalatifúndios surgiu na década de 70, no embalo de colonizar a Amazônia sob o slogan "integrar para não entregar". Mui-

tos brasileiros se empolgaram com a idéia e migraram para o norte com algum projeto agrícola na cabeça - e, é claro, com a ambição de enriquecer. Agrovilas e cooperativas não saíram do papel, mas parte dos desbravadores enriqueceu. Dotto, que nasceu numa fazenda de 60 hectares em Ururaú, no interior paulista, foi para o Acre em 1971 para criar uma cooperativa junto com uma centena de paulistas. Chegaram na época em que os seringalistas estavam falidos, com a decadência da borracha. "Eles faziam fila na porta do nosso hotel para vender as terras", lembra. A cooperativa comprou 2 milhões de hectares. Em valores de hoje, pagava pelo hectare a bagatela de 6 000 cruzeiros.

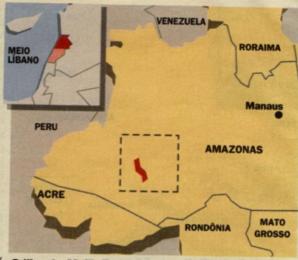
Depois de um litígio com o Incra, os donos foram abandonando o negócio. Dotto, de olho na abertura da estrada que ligaria o Acre ao Oceano Pacífico, foi comprando a terra de cada um que ia embora. Ganhou na Justiça a posse de 1 milhão de hectares e briga hoje no Superior Tribunal de Justiça pela posse do outro milhão do seu El Salvador. Moraes, o dono da Jamaica na selva, só aproveitou os preços baixos na crise da borracha. "Tínhamos um plano inspirado no Incra e nas agrovilas da Amazônia para implantar um projeto de colonização", explica. Pura idéia que ficou no rascunho. Até estrangeiros empolgados aproveitaram para fazer fortuna. Malih Hassan Eumaoula, 60 anos, chegou ao Brasil com 50 dólares no bolso em 1954. Aproveitou a onda da integração e hoje é dono de 490 000 hectares no Amazonas — quase a metade do tamanho do Líbano, sua terra natal. "Eu era sonhador, aventureiro, queria trabalhar e fazer





O explorador de madeiras Mário Jorge Moraes, cujas terras têm 1,2 milhão de hectares, o tamanho da Jamaica: patrimônio avaliado em 1,6 bilhão de dólares, 300 famílias de empregados e uma dívida de 40 000 dólares de imposto territorial rural





O libanês Malih Eumaoula e suas terras de 490 000 hectares, quase metade da área do seu país de origem: desembarque no Brasil em 1954 com 50 dólares no bolso. "Eu era sonhador e queria fazer fortuna", diz Eumaoula

fortuna no Brasil." Fez. Em terras tem um patrimônio de 830 000 dólares. Em madeira, a sua fortuna vai a 590 milhões de dólares. Eumaoula nem conhece suas terras. "Antes de comprar, eu me informo sobre elas, avalio e pronto", diz.

SONEGAÇÃO — A maioria dos donos de babilônias amazônicas está mais para especulador imobiliário do que para fazendeiro. Eumaoula só comprou um latifúndio para ganhar dinheiro mais tarde. Nada entende de agricultura ou pecuária. Em 1974, para garantir suas posses rurais, naturalizou-se brasileiro. "Terra é sempre bom negócio. Até comprando um lote na Lua um dia vocêvai poder vender", diz ele. Eumaoula vive

com 300 milhões de cruzeiros por mês, anda num velho Opala 1982 e tem um escritório imobiliário em Manaus, sem placa na porta, com móveis malconservados e aparência de sede de partido político clandestino. Ele preocupa-se mesmo é com 294 hectares de floresta que adquiriu, onde pretende criar um condomínio com 2 600 lotes. Comprar terras de extensões gigantescas tem sido um excelente negócio para os seus donos e um péssimo negócio para o país. Nem o ITR, imposto que se cobra sobre a propriedade rural, é pago, numa sonegação olímpica. Dotto paga ITR sobre

. 1 milhão de hectares, dos quais tem posse garantida. Moraes, dono da Jamaica, deve mais de 40 000 dólares ao Fisco. Eumaoula tem uma dívida de 20 000 dólares. "Cobrase imposto como se tivesse estrada asfaltada. Nós nos sentimos abandonados", diz Moraes.

Quem também não paga imposto é Leônidas Meirelles de Queiroz, dono de 975 000 hectares no Acre — um Porto Rico. Há décadas, Queiroz luta contra o Incra para provar que as terras são suas e foram compradas por seu pai em 1933 de um peruano que as ganhou do governo da Bolívia, ainda nos tempos em que o Estado do Acre era parte do território boliviano. A gleba, adquirida na época por 500 000 réis,

apenas 14 milhões de cruzeiros hoje, serviu de casa na infância de Queiroz. "Eu gostava de caçar onça, maracajá, veado e jacaré para vender as peles", diz ele. Saiu de lá em 1975 com a família e hoje vive em Rio Branco numa casa de 100 metros quadrados e quem o sustenta são seus quinze filhos. "Já tive muitos ternos e viajava com frequência para Manaus", conta. Não volta para as suas terras há três anos. Ali, há 36 lagos e, para percorrer a propriedade de ponta a ponta, leva-se cinco dias de barco. Ao contrário dos que têm posse garantida, Queiroz morre de vontade de pagar o imposto. "Se eles me cobram, é porque estão reconhecendo que a terra é minha." Ninguém cobra.



Leônidas Meirelles de Queiroz, que disputa com o Incra a posse de 975 000 hectares no Acre, área maior que a de Porto Rico: casa modesta de 100 metros quadrados em Rio Branco e sustento proporcionado pelos quinze filhos

